NOTA DA EDIÇÃO

De uma maneira geral, as exportações agrícolas brasileiras foram beneficiadas, na década de 70, por uma fase de alta nas cotações internacionais: o preço da tonelada de açúcar subiu 547% entre 1970 e 1974; as cotações do café chegaram a sextuplicar em menos de 2 anos e mantém-se, até hoje, em nível muitas vezes superior ao de antes da geada de 1975; o cacau, que valia US$ 710 a tonelada, em 1970, no mercado de Nova York, atingiu um pico de US$ 4.530 a tonelada em 1977, e, atualmente, está cotado a US$ 3.350 a tonelada; e o preço da soja, finalmente, passou de US$ 97/t, em 1970, a US$ 229/t em 1973, e, desde então, permaneceu elevado.

Foi graças, sobretudo, a esse movimento de alta nas cotações que as divisas obtidas com a exportação de 6 produtos agrícolas, "in natura" ou transformados * passaram de US$ 1,5 bilhão, em 1970, para pouco mais de US$ 6 bilhões em 1976; acréscimo de recursos que serviu, em parte, para contrabalançar o encarecimento do petróleo e para financiar a importação dos equipamentos necessários a um novo ciclo de investimentos industriais.

Ainda assim, persiste a idéia de que essa evolução favorável em termos de preços representa um sucesso apenas relativo. Em primeiro lugar, porque o Balanço Comercial brasileiro permanece deficitário. Em seguida, porque esse afluxo de divisas ocorreu, em grande parte, de forma independente da nossa estratégia de exportações; a exceção, notável, é a soja, com relação à qual se procedeu a uma política agressiva de conquista de mercados. E, finalmente, porque é impossível deixar de pensar que se poderia ter feito melhor.

Com efeito, por trás do crescimento da receita em divisas decorrente da valorização no mercado internacional de nossos produtos, surgem algumas tendências estruturais particularmente inquietantes: a participação do Brasil no mercado internacional do café tem caído sem cessar; pela primeira vez em muitos anos, em razão sobretudo de uma redução gradativa na área de plantio, o país se encontra na contingência de renunciar às exportações de algodão; o desestímulo continuado a certas atividades agropecuárias (carne, leite, feijão e, até certo ponto, milho) transformou-nos em importadores de produtos cuja produção, durante muito tempo, bastou para o consumo interno (o país corre o risco, até que o rebanho nacional se recupere, de se tornar um importador líquido de carne).

A valorização de alguns produtos no mercado internacional teve, portanto, o inconveniente de encobrir erros de política agrícola e carências que se agravavam no suprimento do mercado interno. O exame dessas questões é, ao mesmo tempo,

* Café, Soja, Açúcar, Algodão, Cacau e Laranja.

necessário e oportuno. Necessário, porque nada garante que as cotações de alguns dos nossos produtos de exportação se mantenham elevadas. Delineia-se, mesmo, uma tendência de queda nos mercados de café e cacau (este último, ainda com possibilidades de alta a curto prazo) enquanto uma elevação nas cotações do açúcar continua a depender da ratificação do Acordo pelo Congresso Norte-americano. E, a menos que uma nova crise internacional de grandes proporções provoque uma reativação violenta dos mercados de matérias-primas (hipótese que não se pode desprezar tendo em vista as ocorrências no Irã e o conflito sino-vietnamita), será preciso inverter a tendência ao crescimento das importações de alimentos e adotar uma estratégia na exportação de produtos agrícolas mais agressiva. A reavaliação da política de exportações agrícolas é, além disso, oportuna porque coincide com a preocupação expressa pelo novo governo de dar prioridade à agricultura. Prioridade significa, também, dar maior atenção aos problemas do campo, o que, espera-se, acabará por provocar modificações em alguns dos aspectos da política agrícola brasileira.

Nesse particular, a recente decisão de acentuar as desvalorizações do cruzeiro em relação ao dólar poderia contribuir para conciliar o estímulo à produção interna de alimentos com o incentivo às exportações agrícolas. De um lado, a receita orçamentária do governo federal crescerá significativamente com a retirada gradativa dos subsídios à exportação de manufaturados, de outro, o segmento agrícola exportador receberá um maior volume de cruzeiros pelos dólares obtidos no exterior. Assim, à medida que as desvalorizações aceleradas fossem aumentando a receita em cruzeiros dos agricultores dedicados às lavouras de exportação, poder-se-ia transferir parte do crédito subsidiado de que eles se beneficiam para a produção de alimentos.

Não há dúvida de que, a médio prazo, as desvalorizações mais acentuadas do cruzeiro terão efeito favorável sobre as exportações brasileiras. No ano que se inicia, contudo, a receita em divisas vai depender de fatores que, na sua maioria, fogem ao controle das autoridades brasileiras. Ao que tudo indica, a economia mundial vai enfrentar mais um ano de crescimento econômico bastante moderado sobre o qual pesa, ainda, a ameaça de uma nova crise do petróleo. E, a menos que a tensão política internacional volte a desencadear um surto de especulação com matérias-primas, 1979 será, seguramente, um ano de expansão lenta do comércio entre nações. Os preços dos produtos agrícolas não deixarão de refletir essa conjuntura negativa e o mais prudente seria elaborar uma estratégia de exportação com base em expectativas de estabilidade ou queda moderada das cotações.

A essa altura, já se pode ter uma idéia aproximada dos excedentes exportáveis e das necessidades de importação no tocante aos produtos agrícolas. Isso permite um exercício, de caráter meramente exploratório, no sentido de procurar avaliar o que será, em 1979, a contribuição líquida da agricultura brasileira para o Balan-

ço Comercial do país. A seguir, são examinados os principais produtos agrícolas que são objeto de transações do Brasil com o exterior.

Açúcar

A receita cambial a ser obtida em 1979 com exportações de açúcar, dependerá fundamentalmente da ratificação, ou não, pelo Congresso Norte-americano, do Acordo Internacional. Caso as cotações permaneçam ao nível de 8 ¢/lb-peso, o valor das vendas brasileiras praticamente não se alterarão com relação a 1978. Mas se o Acordo passar a vigorar já em abril, e as cotações atingirem rapidamente os 11 ¢/lb que representam o preço de sustentação, as exportações poderão alcançar US$ 470 milhões. Essa possibilidade, contudo, é remota, pois os estoques mundiais de açúcar ainda são consideráveis. O mais provável é que a receita cambial fornecida pelo açúcar se iguale à do ano passado.

Algodão

As exportações brasileiras de algodão têm decrescido rapidamente nos últimos anos (v. Nota de Edição, Agroanalysis, vol. 3, nº 1). Em 1979, o Brasil corre o risco de ficar sem excedente exportável. Isso representaria uma perda de US$ 50 milhões em divisas. Apesar desse valor ser insignificante em relação ao total de divisas arrecadado com exportações pelo Brasil, o fato, em si, é reflexo de uma situação mais inquietante: o abastecimento da indústria têxtil nacional, que só vem sendo possível graças à redução gradativa das exportações de matéria-prima, terá que ser assegurado, daqui por diante, pelo crescimento da produção de algodão. Isso requer que a oferta de matéria-prima aumente de forma a atender à demanda de uma indústria voltada, ao mesmo tempo, para o atendimento de um mercado interno carente e para o aproveitamento das oportunidades de exportação. É possível mesmo que, este ano, o Brasil tenha que recorrer a importações de algodão para permitir que a indústria opere com certa folga.

Arroz

Até aqui, tudo indica que não será necessário importar arroz este ano. Em relação ao que ocorreu no ano passado, isso representaria uma economia de divisas da ordem de US$ 30 milhões.

Cacau

O excesso de oferta do produto no mercado internacional é estimado em 42 mil toneladas. A menos que os prejuízos causados pelas chuvas à safra principal brasilei-

ra se revelem de grande monta, a tendência é uma queda nas cotações internacionais. Em 1978, o Brasil exportou 230 mil toneladas de cacau (em termos de amêndoas) num valor de US$ 810 milhões. O preço médio da tonelada, naquele ano, foi de US$ 3.522. Uma estimativa otimista, para 1979, colocaria a receita em divisas obtidas com a venda de cacau em torno de US$ 900 milhões.

Café

Este ano será difícil alcançar os 2 bilhões de dólares com exportações de café, pois as cotações médias acham-se, atualmente, 55% abaixo, em termos nominais, dos valores observados no mesmo período de 1978. Uma política mais agressiva de vendas poderia, contudo, contrabalançar parcialmente o efeito da queda dos preços. Nesse sentido, as desvalorizações cambiais mais acentuadas talvez permitam ao Brasil recuperar a parcela de mercado que perdeu nos últimos anos. Supondo-se, para o café, um preço médio 30% inferior ao do ano apssado, a cifra de US$ 2 bilhões só poderia ser atingida com um volume exportado algo superior a 14 milhões de sacas. Isso significaria que, ao final da safra 79/80, os estoques do IBC continuariam anormalmente baixos. Ou seja, a política de maximizar a receita de divisas, a curto prazo, envolve o risco de não se ter café para vender na eventualidade de uma nova geada como a de 1975. Mas, mesmo que as exportações alcançassem os US$ 2 bilhões, isto ainda representaria US$ 300 milhões a menos do que no ano passado.

Carne

Na melhor das hipóteses, o país gastará, este ano, a mesma quantidade de dólares, com a importação de carne bovina, que dispendeu em 1978. O mais provável, é que o valor da fatura se eleve, em razão dos seguintes fatores:

1 — Os preços no mercado internacional tendem a se elevar;

2 — O rebanho brasileiro continua em fase de recuperação.

Milho

Por enquanto, parece que, em 1979, o Brasil não precisará importar milho, como ocorreu no ano passado. Para compensar os efeitos da seca de 1978, o país adquiriu 1,5 milhão de toneladas no exterior ao custo de US$ 200 milhões. Este ano, apesar da repetição da seca, a produção nacional provavelmente bastará para abaste-

cer o mercado interno, pois há sempre a possibilidade de que os preços mais elevados estimulem uma queda no consumo dentro das propriedades rurais, ampliando, assim, a quantidade do produto ofertada para comercialização.

Soja

Com relação à soja, as perspectivas, este ano, são um pouco melhores, pois a estiagem teve conseqüências menos sérias que em 1978. Desta vez, haverá disponibilidade de grãos para exportação e a venda de 1,1 milhão de toneladas já foi autorizada pela CACEX. Por outro lado, as cotações internacionais mostram uma certa tendência a se elevar em função das notícias de quebra da safra brasileira, o que contribuirá igualmente para aumentar a arrecadação de divisas em 1979. Pode-se estimar, com base nesses dois fatores, que a receita total com exportações de soja e derivados, este ano, ficará entre US$ 1,8 bilhão e US$ 1,9 bilhão, ultrapassando a de 1978 em cerca de US$ 300 milhões.

Trigo

As necessidades brasileiras de importação em 1979, deverão se situar um pouco abaixo das quantidades de trigo adquiridas no exterior no ano passado. Mesmo assim, como as cotações do produto se elevaram substancialmente desde então, o país deverá gastar aproximadamente o mesmo montante de divisas que em 1978, nas compras do cereal.

Com base nas considerações feitas anteriomente, é possível comparar as perspectivas para 1979, em termos de arrecadação líquida de divisas obtidas com as transações internacionais de produtos agrícolas, com a situação do ano passado, como é feito a seguir:

CONTRIBUIÇÃO LÍQUIDA DE CADA PRODUTO PARA A VARIAÇÃO TOTAL NA ARRECADAÇÃO DE DIVISAS EM RELAÇÃO A 1978.

	Em Milhões de US$
– Açúcar –	0
– Algodão –	– 50
– Arroz –	+ 30
– Cacau –	+ 90
– Café –	– 300
– Carne –	0
– Milho –	+ 200
– Soja –	+ 300
– Trigo –	0
RESULTADO LÍQUIDO:	+ 270

A cifra de US$ 270 milhões obtida acima, é resultado de especulações feitas com base em hipóteses plausíveis acerca do comportamento dos preços no exterior e do desenrolar das safras no Brasil. Apesar disso, aquele montante tem valor meramente indicativo, pois faz abstração, como não poderia deixar de ser, da influência, sobre o mercado de produtos agrícolas, de fatores de caráter imprevisível como, por exemplo, o aumento da tensão internacional decorrente da situação de conflito na Ásia, o impacto de uma possível desvalorização do dólar sobre o preço das matérias-primas e o resultado, ainda incerto, de uma série de negociações comerciais de âmbito mundial atualmente em curso. Mesmo assim, essa estimativa serve para mostrar que, em 1979, as esperanças de um equilíbrio (ou redução do deficit) no balanço comercial residem mais na nossa capacidade de expandir a venda de manufaturados e/ou de comprimir as importações do que propriamente na valorização de alguns produtos agrícolas. Inquieta, sobretudo, saber que os produtos agrícolas representam uma parcela importante da nossa receita de exportações e que o acréscimo de divisas arrecadadas por eles, em 1979, não bastará para compensar uma inflação mundial estimada em 10%. A perda de poder de compra para o país, daí decorrente, teria que ser contrabalançada por um maior volume exportado dos demais produtos e por uma elevação dos seus preços; resultado, esse, particularmente difícil de ser obtido num ano em que a economia mundial deverá crescer moderadamente.